

GeoINova

Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional

Número 2 - 2000

“Conservação da Natureza e Desenvolvimento Económico”

ÍNDICE

	Pág.
Jorge UMBELINO - Editorial	5
Maria José ROXO - Apresentação	7
ARTIGOS:	
John F. LODER - <i>On parks and people: towards a social geography of productivity, preservation and profit</i>	9
Carlos Pereira da SILVA - <i>Áreas Protegidas em Portugal: Que papel?</i>	27
Pedro Cortesão CASIMIRO - <i>Uso do Solo - Ecologia da paisagem. Perspectivas de uma nova abordagem da Paisagem em Geografia</i>	45
Eduardo SALINAS CHÁVEZ et alli - <i>Ordenamiento Territorial en Áreas Montañosas Tropicales. El Estado de Hidalgo en México</i>	67
Jorge Manuel MOURÃO - <i>Desenvolvimento sustentável do turismo - princípios, fundamentos e prática</i>	87
Regina SALVADOR; José LÚCIO - <i>Amazónia: Futuro da Humanidade ou começo do fim?</i>	119
Susete Santos FERREIRA - <i>Contributo metodológico para a caracterização do litoral de Sines. Aplicação de fichas-de-praia</i>	139
José Carlos FERREIRA; Maria Manuela LARANJEIRA - <i>Avaliação da vulnerabilidade e risco biofísico em áreas litorais sob pressão antrópica. Contributo metodológico para uma gestão ambiental</i>	153
NOTAS:	
Rachid RAGALA - <i>Du détroit de Gibraltar à la vallée du Ziz: itinéraire géographique à travers le Maroc</i>	171

TEMAS DOS PRÓXIMOS NÚMEROS

3. Competitividade territorial e globalização (Coord. - Regina SALVADOR)
4. Detecção Remota (Coord. - José António TENEDÓRIO)

Edição com o apoio de:
Fundação para a Ciência e Tecnologia
Fundação Calouste Gulbenkian



GeoINova

Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional

Número 2 - 20

“Conservação da Natureza e Desenvolvimento Económico”

Amazónia: Futuro da Humanidade ou começo do fim? Regina SALVADOR; José LÚCIO

No pós-guerra, o termo “desenvolvimento” era usado como sinónimo de “desenvolvimento económico”, i.e., como aumento da produção e do consumo de um país ou região. Mas, desde então, os estudos (pág. 119)

Desenvolvimento sustentável do turismo – princípios, fundamentos e prática. Jorge Manuel MOURÃO

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) publicou, em 1980, um documento intitulado *Estratégia* (pág. 87)

Áreas Protegidas em Portugal: Que papel? Carlos Pereira da SILVA

O homem predadora do Homem sobre os recursos naturais, especialmente após a Revolução Industrial, criou desequilíbrios e áreas (pág. 27)

Uso do Solo - Ecologia da paisagem. Perspectivas de uma nova abordagem da Paisagem Geográfica. Pedro Cortesão CASIMIRO

A Geografia sempre dedicou grande atenção à paisagem enquanto elemento de estudo, tanto como (pág. 45)

Avaliação da vulnerabilidade e risco biofísico em áreas litorais sob pressão antrópica. Contributo metodológico para uma gestão ambiental. José Carlos FERREIRA; Maria Manuela LARANJEIRA

O Arco Litoral Caparica - Espichel, na costa ocidental da Península de Setúbal, designa a ampla enseada que se desenvolve de Trafaria (Cova do Vapor) até ao cabo Espichel. A evolução e ocupação desta área está estreitamente relacionada (Pág. 153)

On parks and people: towards a social geography of productivity, preservation and profit. John F. LODER

It would seem appropriate for an outsider to confine himself to setting a context for the thorough and exhaustive economic analyses of the Portuguese situation, which will undoubtedly form the substance of this volume. There is no way in which the whole field can be covered but it may be helpful to draw attention to some universalities there are pertinent to the Portuguese situation; especially the more inconvenient ones that are commonly conveniently forgotten. To do this we shall consider experience from a wider context where starker basic circumstances can (pág. 9)

Ordenamiento Territorial en Áreas Montañosas Tropicales. El Estado de Hidalgo en México Eduardo SALINAS CHÁVEZ et alli

En 1992, durante y después de la Cumbre de Río, las zonas montañosas del mundo recibieron de la comunidad mundial el reconocimiento como áreas de importancia y la conservación de la diversidad biológica y geográfica nuestro planeta. Desde entonces, las regiones montañosas fueron consideradas al nivel de los bosques tropicales, humedales, en las áreas priorizadas de la humanidad para salvar a la Tierra y a sus seres vivos incluye y aprobarse en la Agenda 21 (pág. 67)

Contributo metodológico para a caracterização do litoral de Sines: Aplicação de fichas-de-praia. Susete Santos FERREIRA

A metodologia aqui apresentada pretende, antes de mais, evidenciar a importância do trabalho de campo. Envolvendo diversas deslocações à área de estudo, a observação directa da paisagem constitui um método indispensável para (pág. 139)

- INE-SEMARNAP (1996) Ley General del Equilibrio Ecológico y la Protección al Ambiente. Gaceta Ecológica; México, D.F., Nueva Época, No. W. Otoño: pp. 84-120
- International Institute for Aerospace Survey and Earth Sciences (1997). Ilwis 2.1 for Windows. User's Guide. 511 pp.
- KORTE, G. (1994). GIS Book. Oward Press. Third Edition. Santa Fe. USA.. 220 pp.
- MAPINFO CORPORATION (1997). MapInfo Professional. User's Guide. New York. 476 pp.
- MATEO, J. (1991). Geocología de los Paisajes. Universidad de los Andes; Mérida, Venezuela; 222 pp.
- MATEO, J.; SALINAS, J.L. GUZMAN (1985). El Análisis de los Paisajes como Fundamento para la Planificación de los Territorios. IPF. JUCEPLAN, La Habana: 18 pp.
- MATEO, J. and MAURO, A. (1994). Analise da Paisajes como Base para una Estrategia de Organizacao Geoambiental: Corumbatai; Sao Paulo. Coletania 004, Planeamiento Amb. (I): de Sao Paulo, Brasil; pp. 57-105.
- MÉNDEZ, E. (1992). Gestión Ambiental y Ordenamiento Territorial. Universidad de los Andes; Mérida, Venezuela; 184 pp.
- MESSERLI, B. and JD, IVES (1997). Mountains of the World a Global Priority, Tile Parthenon Publ-Group, London: 495 pp.
- NAVEH, Z. And A. S. LIBERMAN (1984). Landscape Ecology: Theory and Aplication. Springer Verlag; New York; 341 pp.
- ORTEGA, F. (1997). Conceptos de Paisaje y Opciones de Intervención. Cuadernos Geográficos; Universidad de Granada; 26 pp. 153-173.
- PUJADAS, R. Y J. FONT (1997). Ordenación y Planificación Territorial: Espacios y Sociedades. Serie Mayor, No. 8, Editorial Síntesis: Barcelona: 399 pp.
- QUINTELA, J. (1996). El Inventario, el Análisis y el Diagnóstico Geoecológico de los Paisajes mediante el uso de los SIG. Tesis de doctorado, Universidad de La Habana; 105 pp. (inédito).
- ROUGERIE, G. and N. BEROUTCHACHVILI (1991). Geosystemes et Paisages. Bilan et Methodes, Collection Geographie; Ed. Armand Colin; París; 302 pp.
- RUIZ, J. P. (1989). Desarrollo Regional en Colombia; Ordenamiento Ambiental y Desarrollo Regional. Cuadernos de Agroindustria y Economía Rural; No. 22, Primer Semestre; pp. 57-75.
- SALINAS, Ed. (1991). Análisis y Evaluación de los Paisajes en la Planificación Regional en Cuba. Tesis de doctorado, Universidad de la Habana; 187 pp. (inédito)
- SALINAS, Ed. (1996). Características de la Naturaleza y los Paisajes de Cuba; Estudios Geográficos, Madrid; Tomo LVII, No. 223 Abril-Junio; pp. 201-218.
- SALINAS, Ed. and J. MIDDLETON (Eds) (1998). La Ecología del Paisaje como Base para el Desarrollo Sustentable en América Latina. Libro Electrónico sin fines de lucro Español/Ingles.
- SALINAS, Ed. (1994). El ordenamiento Geoecológico en la Planificación Regional en Cuba, Medio Ambiente y Urbanización; año 13, No. 49 Diciembre 1994; Buenos Aires; pp. 89-99.
- SEDUE (1988), Manual de Ordenamiento Ecológico del Territorio (documento central). Subsecretaría de Ecología, México, D.F., 355 pp.
- STABA, R. M. (1988). La Gestión Ambiental en Venezuela: Proposiciones para una Política de Regionalización. II Jornada Científica Internacional sobre Planificación Regional y Urbana: IPF JUCEPLAN, La Habana; 56 pp.
- ZONNEVELD, I. S. (1995). Land Ecology. SPB Academic Publ. Amsterdam; 199 pp.

Desenvolvimento Sustentável do Turismo – princípios, fundamentos e prática.

Jorge Manuel Mourão

Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - U. N. L
Av. de Bema, 26-C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)

Tel. +351.217957305 Fax. +351.217977759 e-mail: j.mourao@teleweb.pt

Resumo

O turismo assume-se hoje como um fenómeno amplamente global, baseado num conjunto cada vez maior e mais diversificado de recursos naturais, histórico-culturais e socioeconómicos, apresentando novas orientações de desenvolvimento, possuindo uma crescente importância nas economias nacionais e regionais, no reforço das identidades locais e na protecção do ambiente e conservação da Natureza, para a maioria dos países e novas áreas de destino turístico em todos os continentes.

O acto de viajar tornou-se algo cada vez mais acessível a um crescente número de pessoas de todos os grupos sociais, com diferentes motivações individuais, que procuram destinos desconhecidos, mais ou menos distantes, para viver activamente excitantes experiências turísticas, recreativas, culturalmente enriquecedoras, em ambientes únicos com paisagens de notável beleza natural, ou em territórios onde a ocupação e a presença do Homem são a marca cultural dominante.

Neste contexto, colocam-se inúmeros desafios no sentido de tornar as actividades turísticas compatíveis com os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável, nomeadamente no que diz respeito à sustentabilidade do ambiente, ao desenvolvimento local e à qualidade de vida do Homem. Neste artigo são apresentados e debatidos os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável, suas diferentes interpretações, o seu quadro teórico e político-institucional à escala internacional, suas contradições e utopias e a sua evolução e operacionalização no contexto dos segmentos emergentes da vanguarda do mercado turístico. O turismo rural, o turismo cultural, o turismo de natureza, ou turismo de aventura são exemplos de segmentos turísticos recentes que incluem um conjunto de actividades baseadas em recursos turísticos do património natural e histórico-cultural das regiões e que mais se relacionam com a prática do turismo sustentável

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, turismo sustentável, turismo de natureza, turismo cultural, conservação da natureza, património.

Abstract

Travel and Tourism is presently considered a truly global phenomena, based on a broad and diverse set of natural, historical, cultural and socio-economic resources, assuming new development directions towards a greater important role in regional and local economic welfare, in strengthening local identities and contributing to nature conservation and environmental protection in the majority of the countries and new tourist destination areas.

Travelling around the world has become more accessible to a wider group of people from all social groups, with diverse individual motivations, looking for unknown destinations, more or less distant and actively living exciting new recreational experiences, culturally enriched, in areas of unique environments and landscapes of outstanding natural beauty, or in specific places where land occupation and man-made wonders are the dominant cultural feature

In the context, there are numerous challenges towards the sustainability of tourism activities and developments, complying with the principles and objectives of sustainable development, namely environmental sustainability and quality improvement of human life standards. This paper presents and discusses the concepts of sustainable development and sustainable tourism, in its theoretical views and interpretations, its political and institutional frameworks at international scale, its contradictions and utopias and its evolution and operational aspects in the context of emerging segments leading the tourist market. Rural tourism, cultural tourism, nature-based tourism are examples of relatively recent forms of tourism that include a diverse set of activities based on regional tourist resources from the natural, historical and cultural patrimony, that are most related to the principles and practice of sustainable tourism.

Keywords: sustainable development, sustainable development, nature-based tourism, cultural tourism, nature conservation, patrimony

Résumé

Le tourisme est aujourd'hui un phénomène vraiment global, basé sur un ensemble diversifié des ressources naturelles, historiques, culturelle et socio-économique, qui présente de nouvelles orientations de développement, une croissance importante économique au niveaux national et régional, une contribution au renforcement des identités locales et pour la protection de

l'environnement et conservation de la nature dans la majorité des pays et des nouvelles destinations touristiques sur tous les continents.

Le voyage fait aujourd'hui partie de la vie d'une grande part de la société qui inclus toutes les classes sociales. Leurs motivations sont variées mais bien d'entre elles sont surtout à la recherche d'une destination originale, plus ou moins lointaine qui leur fournira de nouvelles expériences culturelles, grâce au contact avec les populations locales et leur environnement naturel.

La forte croissance du tourisme au niveau mondial relève de nombreux défis, spécialement ceux qui concernent la garantie de l'équilibre entre les activités du tourisme et la conservation de l'environnement ainsi que le développement de la qualité de vie humaine locale. Cet article présente et discute les concepts du développement durable et de tourisme durable, leurs différentes interprétations, leur encadrement théorique, politique et institutionnelle à l'échelle internationale, leurs contradictions et utopies, et leur évolution et operationalisation dans le contexte des segments émergents au marché touristique. Le tourisme rural, le tourisme culturelle, le tourisme de la nature ainsi que le tourisme d'aventure sont des exemples des segments touristiques relativement récents qui sont basées sur des activités qui font appel aux ressources du patrimoine naturel, historico-culturelle des régions et qui sont plus proche de la pratique du tourisme durable.

Mots-clé: développement durable, tourisme durable, tourisme de la nature, tourisme culturelle, conservation de la nature, patrimoine.

«The physical world external to human beings, and often not readily controlled by them, throws up uncertainties of many kinds.

These include "natural" disasters, changes in biophysical systems, and the unintended consequences of human behaviour and resource use.», REDCLIFT (1995)

O Desenvolvimento Sustentável do Turismo

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) publicou, em 1980, um documento intitulado *Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza*¹, que enunciava três formas de actuação ao nível dos recursos naturais, consideradas como requisitos prioritários para o desenvolvimento sustentável:

¹ International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development* IUCN, Morges, Switzerland 1980.

- i. A manutenção dos processos ecológicos essenciais, providenciando a base de recursos naturais necessária à produção alimentar, saúde e outros aspectos fundamentais para sobrevivência do Homem;
- ii. Preservação da diversidade genética das espécies animais e vegetais utilizadas localmente pelo Homem para produção alimentar, assim como das espécies selvagens, por forma a garantir segurança contra doenças ou situações climáticas extremas;
- iii. Exploração sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas, particularmente as florestas, as culturas agrícolas, os bancos de pesca e as pastagens naturais para o gado.

O equilíbrio ecológico e a manutenção da qualidade do ambiente, a conservação da energia e exploração sustentável dos recursos naturais eram assumidos cada vez mais como elementos essenciais ao desenvolvimento.

Esta mesma posição viria a ser reafirmada e reforçada pela acção da *Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento* ("World Commission on Environment and Development" – WCED), estabelecida pelas Nações Unidas em 1983, e cujo papel institucional contribuiu significativamente para um re-enquadramento político-institucional do crescimento económico. O trabalho desenvolvido por esta Comissão visava a definição de estratégias e linhas de orientação para o desenvolvimento e crescimento económico dos Estados filiados na ONU, destacando a sua plena integração com as limitações impostas pela necessidade de proteger o ambiente e os recursos básicos para o desenvolvimento e qualidade de vida do Homem.

Várias ideias e princípios contribuíram para a consolidação do paradigma do desenvolvimento sustentável durante as décadas de 80 e 90, cujas interpretações reflectem sobretudo diferentes atitudes e formas de perspectivar o equilíbrio entre a necessidade de promover o crescimento das economias e a indispensabilidade de proteger o ambiente e seus recursos. Essas interpretações do conceito de desenvolvimento sustentável variam *grasso modo* entre:

- i. Um conservacionismo extremo, dominado por ideais de determinismo ecológico, bio-ética e até de anti-desenvolvimento, assumidas pelos designados ambientalistas radicais e alguns académicos que defendem que o desenvolvimento económico deve processar-se dentro dos limites impostos pelo Meio natural. Existem, portanto, limitações ambientais para o crescimento económico que têm de ser respeitadas, sendo a protecção do ambiente e dos recursos naturais à escala global e a oposição entre países ricos, industrializados, e países pobres, pouco desenvolvidos, os aspectos mais importantes na problemática da sustentabilidade do desenvolvimento;

- ii. Posições mais moderadas, que traduziam sobretudo preocupações relacionadas com a satisfação das necessidades básicas do Homem, de desenvolvimento económico equilibrado e de elevação da qualidade de vida, nas quais a protecção ambiental assumia um papel basilar. A integração entre economia e ecologia deve ser privilegiada, sendo a protecção do ambiente sobretudo uma questão cultural. O crescimento económico é um factor importante, pois permite maior capacidade de actuação na protecção do ambiente e na melhoria das condições de vida, criando condições para actuar na diminuição das pressões sobre o ambiente e recursos naturais;
- iii. Posições mais controversas, favorecendo a manutenção do crescimento nos mesmos moldes da teoria económica neoclássica, aplicando, no entanto, princípios de substituição de recursos e de reinvestimento de lucros no reforço e melhoria da base de recursos da economia, como forma de operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável e introduzir o "capital natural" nos modelos e teorias de desenvolvimento económico.

Apesar destas diferentes interpretações reflectirem já um forte debate académico, científico e político em torno do paradigma do desenvolvimento sustentável, pode dizer-se, no entanto, que foi só a partir de 1987, com a conhecida publicação por parte da Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento², intitulada «*O Nosso Futuro Comum*», e popularmente conhecida por *Relatório Brundland* (WCED, 1987), que se intensificou a discussão sobre as teorias e políticas do desenvolvimento económico; sobre a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis e não renováveis; a reconversão industrial e tratamento dos resíduos perigosos; as fontes de energia limpas e renováveis, entre muitos outros temas do desenvolvimento. O relatório veio a revelar-se um marco de grande importância na evolução das teorias do desenvolvimento económico e, sobretudo, na sua integração e compatibilização com a necessidade de empreender acções de protecção e conservação do ambiente.

O impacto que este documento teve ao nível da comunidade internacional foi grande, na medida em que se tornou num ponto de viragem política na abordagem do conceito e suscitou uma vasta mobilização de organizações científicas e políticas, governamentais e não governamentais, assim como de grande número de autores, em torno do conceito de desenvolvimento sustentável. O referido documento define-o como sendo aquele que «(...) satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades» (WCED, 1987).

² World Commission on Environment and Development – WCED (1987): "Our Common Future (Brundland Report)", Oxford University Press

Esta definição é necessariamente muito genérica, estando subjacente uma dimensão de equidade intrageracional e intergeracional, igualdade de oportunidades de desenvolvimento económico e social para as gerações futuras e entre cidadãos e nações no presente; e uma dimensão psico-sociológica evidenciada pela utilização da palavra «necessidades», em vez de «carências» (um termo com um significado eminentemente mais materialista), o que sugere que os objectivos últimos do desenvolvimento sustentável devem visar o bem-estar e a qualidade de vida do Homem.

Um dos imperativos estratégicos com vista à efectiva sustentabilidade do desenvolvimento económico é apresentado neste relatório como sendo a absoluta necessidade de «(...) integrar factores económicos e ecológicos nos processos de decisão (...)» e actuar no sentido de «(...) conservar e melhorar os recursos naturais básicos», sendo para tal necessário que se crie «(...) um sistema económico que não se baseie no mesmo padrão de procura [e consumo] de recursos que o actual sistema económico industrial (...)», e que seja capaz de «(...) operar dentro dos limites ecológicos» (CLAYTON e RADCLIFFE, 1996).

Existem diferentes interpretações em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, que reflectem distintas posições segundo a perspectiva do autor, o objecto da discussão, e os princípios, objectivos e valores que orientam as motivações intelectuais presentes na vasta literatura sobre o tema do desenvolvimento sustentável.

Segundo TURNER (1993), estas diferentes abordagens que têm sido propostas e debatidas desde há uma década, aproximadamente, variam na generalidade entre duas perspectivas distintas:

- i. ecocêntrica
- ii. tecnocêntrica.

A primeira, defendida pelos ecologistas e ambientalistas mais radicais, baseia-se na assunção de que «(...) o ambiente não deve ser encarado como um conjunto de recursos prontos a usar e transformar, mas sim como um suporte biofísico cuja preservação deve prevalecer sobre as necessidades de produção e consumo (...)». Por outro lado, a segunda perspectiva, baseia-se na argumentação de que «(...) a manutenção de um crescimento económico sustentável a longo prazo, depende de um adequado investimento (...) em capital fixo e humano (construção, tecnologia, etc.; mais o conhecimento científico e evolução intelectual do Homem); e igualmente, embora num grau de importância bastante menor, basear-se em capital natural (recursos naturais não renováveis e renováveis da biosfera (...)».

NIETO e DURBIN (1996), dividem a abordagem do conceito de desenvolvimento sustentável em três interpretações distintas:

- i. Relatório Bruntland;
- ii. Economistas/quantificadores
- iii. Ambientalistas/ecologistas extremos

Para estes autores, o *Relatório Bruntland* foi responsável, mais do que qualquer outra publicação, pela evolução e divulgação do conceito, à medida que a expressão “desenvolvimento sustentável” se convertia num termo popular entre os meios académico, científico e principalmente político. O relatório foca a sua atenção em estratégias práticas que enquadram simultaneamente a revitalização do crescimento económico; o crescimento demográfico; os recursos básicos para a economia; reestruturação tecnológica e gestão dos riscos a ela associados; e a protecção do ambiente por integração no planeamento económico. É igualmente reconhecido que a aplicação destas estratégias que visam uma efectiva operacionalização do conceito requer mudanças profundas nas estruturas económicas, sociais e políticas ao nível dos estados e nações do Mundo.

O Combate à pobreza, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, e a modificação dos padrões de consumo nos países mais ricos, constituem os aspectos mais importantes da dimensão socioeconómica do desenvolvimento sustentável. São igualmente necessárias mudanças ao nível internacional, de carácter político-institucional, de comprometimento e cooperação entre os governos e nações. O Relatório em causa representa as diferentes perspectivas – dos economistas e dos ambientalistas – e pretende «(...) conciliar as necessidades de desenvolvimento, no quadro de uma economia global, com as tentativas de integração entre as políticas de ambiente e de crescimento económico (...)» NIETO e DURBIN (1996).

Com o intuito de diminuir a vacuidade da definição de sustentabilidade, e torná-la mais operacional, alguns autores iniciaram tentativas de quantificação do conceito de desenvolvimento sustentável, defendidas pelos designados *economistas/quantificadores*, nomeadamente através da definição de um conjunto de indicadores, susceptíveis de poderem ser incluídos nos exercícios de análise económica e monitorização ambiental. O «(...) desenvolvimento económico numa determinada área (região, nação, o Globo) é sustentável se o *stock* total de recursos – capital humano, capital fixo, recursos ambientais, recursos não renováveis – não decrescem ao longo do tempo» BOJO, MALER e UNEMO citado por NIETO e DURBIN (1996). Uma tal definição pressupõe uma avaliação quantitativa precisa e constante dos recursos económicos e ambientais, o que é algo muito complexo e de difícil realização.

Por fim, a argumentação dos *ambientalistas/ecologistas extremos*, apesar de não beneficiar de uma grande aceitação pelos defensores do crescimento económico baseia-se em princípios éticos, culturais, científicos e morais muito válidos, já que defende que a “(...) sustentabilidade na Natureza implica a manutenção da inte-

gridade dos seus processos, ciclos e ritmos (...)” SHIVA (1992) citada por NIETO e DURBIN (1996). Para este grupo de autores, a sobrevivência do Homem está relacionada com a sobrevivência do próprio Planeta e os padrões de consumo devem ser drasticamente alterados.

O conceito geral de desenvolvimento sustentável, ainda segundo WCED (1987), alerta para a necessidade de utilizar racionalmente os recursos em que se baseia o desenvolvimento económico, muito em particular os recursos naturais não renováveis à escala humana. Por exemplo, recursos como a água, o solo, as florestas, as paisagens naturais, a fauna e flora terrestre, os recursos marinhos, os recursos minerais, o petróleo, etc., estão na base de qualquer processo de desenvolvimento harmonioso e são essenciais à qualidade de vida do Homem. A realidade é que estes e outros recursos naturais estão já seriamente degradados, destruídos ou a caminho do seu esgotamento.

Desenvolver de forma sustentável, significa perspectivar esse desenvolvimento a muito longo prazo, pensando na qualidade e nível de vida do Homem e nos mecanismos e processos de funcionamento dos sistemas naturais envolvidos, agindo localmente ao nível da minimização dos impactos ambientais negativos causados pelas actividades humanas e promovendo uma racional utilização dos recursos naturais e energéticos. Recomenda-se, portanto, um grande investimento na aplicação de processos e modelos de desenvolvimento que dêem especial atenção à eficiência de uso, reutilização e reciclagem destes recursos, sempre que tal for possível, e fomentar paralelamente o desenvolvimento e utilização de tecnologias de redução da poluição a todos os níveis, de melhoria das condições ambientais e de conservação da natureza. Para tal, é necessário não subestimar a importância da elevação constante do nível educacional, cultural e científico das populações envolvidas, proporcionando-lhes um papel activo na promoção do desenvolvimento sustentável.

Valores ecológicos e socio-económicos do desenvolvimento

As mudanças na economia mundial e no pensamento económico, no interior das sociedades mais desenvolvidas, apontam para uma crescente liberalização e diversificação económica e para a definição de mecanismos políticos e instrumentos legais de regulação do desenvolvimento e da sua relação com o ambiente e recursos naturais. Do ponto de vista sociológico, pode dizer-se que houve um aumento da consciência ecológica dos cidadãos, ou seja, dos impactos causados pelas actividades do Homem nos sistemas naturais, fundamentalmente no que diz respeito às componentes solo, água, ar, flora e fauna. Tal facto surge também em consequência das conclusões de inúmeras investigações científicas em diferentes campos do conhecimento e de diversas campanhas de sensibilização e educação ambiental.

A mentalidade dominante nas actuais sociedades ocidentais vai progressiva e lentamente alterando-se no sentido de os cidadãos e as empresas participarem activamente na protecção do ambiente. Cada vez mais se torna necessário avançar no sentido da reciclagem de materiais e recursos que tornem as actividades económicas energética e ecologicamente mais racionais, à medida que cresce igualmente o nível de consciência ambiental e o gosto em desfrutar e contribuir para a preservação e conservação das condições ambientais dos espaços rurais e urbanos ocupados pelo Homem e ainda as florestas, os parques naturais, o litoral, a envolvente dos cursos de água, etc.

Neste processo de modificação da opinião pública e de evolução das sociedades para sistemas de produção mais racionais e “amigos” do ambiente, deve salientar-se o trabalho realizado pelas mais variadas equipas de técnicos, investigadores e cientistas no domínio das *Ciências da Terra* e das *Tecnologias do Ambiente*. Graças à acção destes recursos humanos qualificados, foram sendo cada vez melhor conhecidos os processos e mecanismos naturais de funcionamento dos ecossistemas e, principalmente, as mudanças e problemas causados pela acção antrópica. Paralelamente, assistiu-se ao aparecimento de diferentes formas e soluções de minimização dos impactos ambientais negativos, mediante o desenvolvimento de tecnologias protecção e descontaminação do ambiente.

De facto, durante a década de 90 continuaram a ser profundamente estudados e monitorizados, ao nível mundial, os principais problemas ambientais à escala global, tais como:

- A alteração climática global (*Global Climate Change*);
- A rarefacção da camada de ozono e o aumento da radiação ultravioleta;
- A perda da diversidade biológica do Planeta;
- A destruição das florestas e do coberto vegetal;
- A desertificação do meio terrestre;
- A contaminação dos solos e dos meios hídricos;
- A poluição da atmosfera, dos oceanos e dos mares.

À medida que se tornavam melhor conhecidos todos estes problemas ambientais ou *doenças da Terra*, e que se davam mudanças positivas no sentido de um maior esclarecimento e informação sobre a denominada *crise ambiental* do Planeta Terra, gerava-se ao nível da opinião pública, e dos meios intelectuais e políticos dos países mais desenvolvidos, uma maior preocupação e procura pela qualidade do ambiente, da paisagem e dos recursos.

Paralelamente, outros factores contribuíram para fomentar nas sociedades o conhecimento e o gosto pela defesa do ambiente, desde os documentários televisivos

sobre a vida selvagem, o trabalho realizado pelas associações ecologistas não governamentais e, em última análise, a mediatização das catástrofes ecológicas, a diferentes escalas (da escala global à escala local), tornaram os cidadãos consumidores mais conscientes da necessidade de proteger o ambiente, nomeadamente os sectores mais jovens da população.

Ao nível político, assiste-se a uma crescente cooperação internacional na área do ambiente e a uma forte pressão sobre os governos nacionais, no sentido de actuarem e investirem consideráveis recursos financeiros no ordenamento do território, na minimização dos impactos ambientais negativos, na resolução de graves problemas ambientais, nas tecnologias de protecção e monitorização ambiental, na conservação dos recursos, na formação académica e profissional na área do ambiente, entre outros. Várias organizações transnacionais (Nações Unidas, União Europeia, por exemplo) intensificaram grandemente os seus programas de acção na área do ambiente, actuando na produção de instrumentos legais de comprometimento nas nações, como são as convenções internacionais, os programas de investigação em diferentes domínios, ou a criação de fundos financeiros para a melhoria das condições ambientais, como o *World Wildlife Fund* (WWF) ou o Fundo de Coesão, por exemplo. É neste contexto que o conceito de desenvolvimento sustentável evolui e se alarga à quase totalidade das actividades humanas.

A Agenda 21

Na sequência da publicação do *Relatório Brundtland*, em 1987, a Organização das Nações Unidas promoveu de 3 a 14 Junho de 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD). O principal produto desta conferência foi a conhecida publicação *Agenda 21* (anexo II do relatório final da conferência).

São apresentadas, ao longo de um extenso documento, dividido em quatro partes e englobando 40 capítulos distintos, inúmeras recomendações que sugerem programas de acção prioritária em diferentes temas do desenvolvimento global. Os objectivos gerais são os de «(...) promover o desenvolvimento humano, (...) induzir mudanças na globalidade das actividades do Homem, integrando o ambiente e a economia em todos os níveis de planeamento e decisão política, (...) assegurando a transição para uma sociedade em que o princípio da sustentabilidade ambiental, económica e social seja orientador de qualquer acção ou processo de desenvolvimento.», UNCED (1992).

Ao longo dos 40 capítulos que compõem a *Agenda 21* e que abrangem os grandes problemas que afectam o Planeta e o desenvolvimento do Homem, são propostas medidas detalhadas de acção prioritária em domínios tão diversos como:

- Combate à pobreza;
- Mudanças dos padrões de produção e consumo;
- Dinâmica demográfica;
- Conservação e gestão dos recursos naturais;
- Protecção da atmosfera, dos oceanos e áreas litorais;
- Diversidade biológica;
- Desflorestação;
- Desertificação e os efeitos das secas;
- Agricultura e pescas sustentáveis.

São ainda recomendadas formas de reforço da participação dos principais grupos sociais ou agentes do desenvolvimento – as mulheres, os jovens, a comunidade científica, as autoridades locais, os sindicatos, as associações empresariais e profissionais, os agricultores, e as organizações não governamentais.

Os princípios e a prática do desenvolvimento sustentável, amplamente explanados na *Agenda 21*, requerem uma escolha política que deverá ser continuamente ajustada em função da evolução das sociedades, da tecnologia, de novos conhecimentos e de mudanças nas necessidades da população, ou de acontecimentos imprevistos nos sistemas económicos e ecológicos. Para tal, as diferentes perspectivas e interpretações daquele conceito apontam para a definição de um vasto conjunto de indicadores concretos e mesuráveis que reflectam em múltiplos domínios o estado das economias e do ambiente, disponibilizando informação para as entidades e personalidades que têm de tomar decisões no contexto do desenvolvimento económico e do ordenamento do território.

Operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável

Apesar deste esforço de monitorização do desenvolvimento sustentável baseado nas acções desenvolvidas pelos diferentes grupos de trabalho da ONU e outras instituições e organizações internacionais, a discussão política e académica sobre o desenvolvimento sustentável assume ainda hoje um carácter pouco aplicado. Tal como refere O'RIORDAN (1993), relativamente à CNUAD, a «(...) retórica era forte mas as implicações práticas eram fracas ou inexistentes». Este autor menciona ainda que «(...) nenhum dos estudos analisa seriamente os complexos esquemas de incentivos económicos inapropriados (...)», responsáveis por distorções graves nos padrões de uso e consumo dos recursos de forma não sustentável. De igual modo, foi subestimada a importância das diferentes pressões políticas, das elites económicas e financeiras, patronais e militares, as quais se caracterizam por comportamentos não

sustentáveis ao nível da utilização dos recursos do desenvolvimento. Estes e outros factores estão implícitos nas posições conceptuais e na literatura, mas raramente são incorporados na prática do desenvolvimento sustentável.

A literatura científica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável é hoje bastante extensa e diversificada, podendo encontrar-se várias definições e abordagens que reflectem diferentes formas de perspectivar o desenvolvimento contemporâneo das sociedades, o funcionamento das economias, a qualidade de vida do Homem e a sua integração no ambiente natural.

A realidade é que, mesmo nos aspectos mais consensuais e de maior capacidade operacional, os governos têm falhado na aplicação integrada e continuada dos princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável. A implementação dos grandes compromissos acordados na *Conferência do Rio*, tais como a redução de emissões de gases responsáveis pelo aquecimento e alteração climática global, o combate à pobreza, ou a mudança nos padrões de produção e consumo, tem-se revelado uma tarefa muito difícil de concretizar e à qual não tem sido ainda dada a necessária e continuada atenção e impulso político.

À escala global, poucos são os países, os governos ou as sociedades que efectivamente têm alcançado progressos significativos neste contexto. As diferenças de nível de desenvolvimento e de riqueza entre países e grandes regiões do Planeta estão directamente relacionadas com a natureza das prioridades de desenvolvimento e com a capacidade financeira, técnica e política para conduzir o desenvolvimento de forma sustentável. Os países menos desenvolvidos, mais pobres e populosos do mundo possuem um atraso estrutural e tecnológico que não lhes permite implementar padrões de sustentabilidade na sua vida socioeconómica e na utilização dos seus recursos naturais.

Por outro lado, os países mais ricos e desenvolvidos, que lideram a economia mundial e preconizam a sua globalização, apesar de possuírem já um nível de desenvolvimento que lhes permite ter outras prioridades para o futuro, estão ainda fortemente comandados por sistemas económicos e de produção industrial insustentáveis e por hábitos de consumo burgueses, que valorizam o crescimento acelerado e constante, o lucro a curto prazo, a riqueza material, a abundância e o desperdício a todos os níveis, entre outros aspectos, que contrariam categoricamente os princípios do desenvolvimento sustentável.

Alguns progressos têm sido verificados no que diz respeito a alterações legislativas que incluem a protecção do ambiente e o ordenamento territorial, a reciclagem de recursos para a economia, o saneamento básico, o tratamento de resíduos e a reconversão industrial. Mas poucas mudanças se verificam nos padrões de produção e consumo nas economias dos países mais desenvolvidos.

Alguma consciencialização pública é sentida, relativamente à necessidade de proteger o ambiente e os recursos naturais água, solo, fauna e a flora. Foram alcança-

dos progressos significativos na criação e valorização de áreas protegidas em meios rurais, litorais e de montanha, com características específicas que lhes conferem o estatuto de áreas prioritárias para a conservação da natureza e para o desenvolvimento de determinadas formas de turismo, directamente relacionadas com o ambiente e com os recursos das paisagens naturais.

A grande maioria dos países e governos, especialmente aqueles incluídos no Grupo G8 das nações mais ricas, industrializadas e poderosas do Mundo, tem, no entanto, pecado por incapacidade, inoperacionalidade, negligência ou insuficiência de actuação em aspectos tão fundamentais, como:

- a alteração dos padrões de produção industrial, comércio e consumo, próprios das sociedades ocidentais industrializadas;
- a promoção de políticas de uso do solo e de ordenamento do território mais racionais e ecologicamente mais equilibradas, principalmente nas áreas litorais, áreas de montanha, urbanas e rurais;
- a eficiência energética; a conservação e preservação da quantidade e qualidade da água; a redução das emissões poluentes das indústrias e dos transportes, entre muitos outros.

Refira-se, como exemplo, os resultados fracassados da Conferência da ONU sobre as alterações climáticas, ocorrida em Quioto, no Japão. Relativamente à redução das emissões de gases poluentes e causadores do "efeito de estufa", as propostas de redução são muito pouco ambiciosas – inferiores a 15 % até 2020 ! Esta falta de comprometimento em propostas mais arrojadas demonstra bem a dificuldade dos países em encetar e cumprir verdadeiras reformas energéticas, devido a uma escassez de alternativas viáveis à dependência do carvão, petróleo e do gás natural, e a uma crescente rejeição da energia nuclear.

A maioria dos países não estão dispostos a comprometerem de alguma forma o seu crescimento e desenvolvimento económico, incapazes que são de resolverem a sua dependência energética ou de reduzirem a dependência do transporte rodoviário de mercadorias, por exemplo. Para além disso, uma efectiva redução das emissões implica grandes investimentos na reconversão industrial e grandes alterações nos processos produtivos e nos modos de vida das populações, o que se torna muito difícil de operar, tendo em conta o actual estágio de desenvolvimento de muitos países dos continentes asiático, africano e americano, e incluindo obviamente os EUA e os países da UE.

No relatório das ONU, intitulado «*Critical Trends: Global Change and Sustainable Development*» (Abril, 1997), é salientada a falta de progressos na implementação dos acordos celebrados e acordados na Conferência do Rio, de modo que, a manterem-se os actuais padrões de desenvolvimento económico e de utiliza-

ção de recursos, «(...) o próximo quartel de século é provável que se caracterize por um decréscimo dos padrões de qualidade de vida, crescimento dos níveis de conflito e *stress* ambiental. A pobreza aprofundar-se-á, especialmente nas grandes cidades dos países em desenvolvimento, (...) conflitos sobre recursos naturais cada vez mais escassos [água, solo, etc], e uma falta de solos produtivos para a agricultura. Água, uma componente crucial da actividade económica, será escassa em muitas áreas e crescentemente poluída (...). Finalmente, conclui que «(...) a lacuna tecnológica entre países desenvolvidos e países menos desenvolvidos alargou-se».

O estado do ambiente global continua a deteriorar-se, tal como é relatado pelo UNEP – *Global Environment Outlook (GEO-1)*, apesar de alguns progressos terem sido alcançados ao nível da luta contra a poluição e degradação dos recursos naturais. De um modo geral, a tendência apontada é para um agravamento do estado do ambiente à escala do Planeta, e para uma crescente pressão sobre os recursos naturais água e solo, o que se torna num potencial obstáculo ao desenvolvimento económico e social dos países em processo de desenvolvimento

Tanto a interpretação como a operacionalização dos princípios e a prática do desenvolvimento sustentável abarcam questões económicas e valores sociais e implicam o exercício do poder político. Para que os princípios da sustentabilidade do desenvolvimento sejam incorporados efectivamente na cultura política de um país, de uma comunidade ou região, é necessário uma profunda reforma cultural e logística das instituições de gestão e decisão, e uma ambiciosa remodelação das políticas económica, energética, de transportes, ambiente, etc., com o objectivo de introduzir mudanças reais e mesuráveis nos sistemas económicos de aproveitamento dos recursos e de promoção do desenvolvimento. É igualmente necessária muita educação e informação dirigida às populações de forma clara, inteligente e persistente, envolvendo e sensibilizando os cidadãos e os agentes económicos para os objectivos traçados pelas diferentes políticas.

Ao nível internacional, as mudanças a operar concentram-se na correcção e aperfeiçoamento das regras do comércio mundial, que alimentam padrões de desenvolvimento rural e crescimento urbano-industrial insustentáveis e com consequências graves e altamente nefastas para o ambiente. Refira-se, por exemplo, o caso da comercialização de produtos agrícolas, florestais ou minerais, responsável por graves desequilíbrios e problemas ambientais nos países ou regiões exportadores, ou a acção das empresas industriais multinacionais que exploram vazios legais em matéria de ambiente em países em desenvolvimento, com o objectivo de maximizar as suas vendas no mercado mundial, sem respeito por padrões de sustentabilidade e externalizando custos ambientais.

Acerca dos modelos desenvolvidos por diversos economistas TURNER (1993) e PEARCE *et al* (1990), na tentativa de introduzir a variável “capital natural” nas

equações de cálculo de índices de sustentabilidade das economias, ou mesmo em relação aos textos do *Relatório Bruntlant*, BANDY (1996) afirma que eles constituem apenas «(...) diversas formas de *Eco-Keynesianismo* contraditório (...)», ou seja, que se baseiam em modelações económicas que visam a multiplicação do rendimento mas que são contraditórios com os verdadeiros princípios da sustentabilidade ecológica.

A estratégia encontrada na *Agenda 21* baseia-se no princípio de aplicação de mecanismos e recomendações, emanadas dos diferentes grupos de trabalho das Nações Unidas, que no entanto não assumem um carácter legal à escala internacional. Funcionam antes como formas de obter concordância em princípios e conceitos fundamentais para a protecção do ambiente global e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Através deste processo, espera-se que muitas declarações, promessas, intenções, programas, directivas e objectivos gerais possam integrar progressivamente a legislação dos diferentes países, à medida que a cultura governamental e empresarial dos diferentes estados amadurece e se desenvolvem acções e mecanismos de compromisso nacional, como são as convenções internacionais, das alterações climáticas, da biodiversidade e da desertificação, por exemplo.

É aos governos nacionais que compete fazer a transposição dos princípios e objectivos concretos expressos no programa da *Agenda 21*, de modo a garantir que as políticas seguidas estejam de acordo com o princípio da sustentabilidade dos recursos do desenvolvimento. Nenhum país parece, no entanto, estar preparado para cumprir e aplicar, na totalidade e com seriedade, o que está estabelecido ao longo dos 40 capítulos daquele documento. Ele deve ser entendido essencialmente como um “referencial” do desenvolvimento sustentável, que carece de outros mecanismos, instrumentos e estratégias de acção para que as suas recomendações possam ser postas em prática à escala dos diferentes países e regiões do planeta.

As políticas governamentais (económica, ambiental, ordenamento do território, turismo, transportes, energia, educação, saúde, etc.) seguidas pelos diferentes países, para além da sua escala nacional devem enquadrar-se o mais próximo possível dentro das definições, recomendações e metodologias globais, preconizadas por este referencial. Paralelamente, é fundamental que as acções e mecanismos do sector privado façam apelo à boa prática empresarial, à consciência ecológica e à conservação da energia. No que diz respeito ao investimento económico, à exploração sustentável dos recursos naturais, à modernização e gestão racional dos processos produtivos em todas as suas fases, à minimização de impactos ambientais, à redução, reciclagem e tratamento de resíduos, etc., os agentes económicos do sector privado devem solicitar e aderir a outros mecanismos e programas do sector público e transnacional, destinados a apoiar acções de melhoria da qualidade ambiental e de desenvolvimento económico equilibrado e sustentável.

O desenvolvimento sustentável é hoje mais do que um paradigma ou uma conceptualização filosófica. Assume-se como um imperativo, um rumo, uma direcção a seguir por todos, e em particular por aqueles que detêm os poderes políticos de decisão governamental e por todos os agentes económicos e sociais do desenvolvimento. Os seus objectivos são horizontais em relação às actividades do Homem, ou seja, aplicam-se à totalidade dos sectores de actividade económica, desde a indústria, construção, agricultura, pescas, turismo, entre outros.

Turismo sustentável

A diferentes posições defendidas teoricamente pelos diferentes autores que se dedicam ao estudo da evolução do fenómeno turístico apontam para uma crescente tentativa de concretização e operacionalização daqueles que são os objectivos do turismo sustentável. Por outras palavras, trata-se de adequar as actividades do turismo aos mais recentes princípios e objectivos gerais do desenvolvimento humano e da protecção do ambiente.

Tal como refere SIMPSON (1993): «(...) quando o turismo é sustentável, os recursos naturais e culturais, e o bem-estar ambiental, social e económico de uma área são mantidos para sempre». Desta afirmação pode salientar-se, desde logo, a importância da *conservação* dos mais elementares recursos para o desenvolvimento turístico que se relacionam com o ambiente e o património cultural. Por outro lado, é evidente a necessidade de manter associado ao turismo um determinado nível de bem-estar e *qualidade de vida*, que se traduzem pela manutenção de elevados níveis de qualidade ambiental e por avançados padrões de desenvolvimento sócio-económico. Esta autora foca a sua atenção para o desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas protegidas, salientando que «(...) as actividades devem melhorar o ambiente e não depreciá-lo (...) devem ser sustentáveis por elas próprias, minimizando o consumo de energia e a produção de resíduos».

O desenvolvimento do turismo sustentável «(...) satisfaz as necessidades presentes dos turistas e das regiões receptoras, enquanto protege e realça as oportunidades para o futuro (...) é prospectivo e conduz a uma gestão de todos os recursos de forma a que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser preenchidas, enquanto se mantém a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte da vida animal e vegetal.» OMT (1990). Esta definição revela uma tentativa inicial de aplicação dos conceitos emanados pelos textos do *Relatório Bruntlant* à dinâmica e características próprias do sector do turismo.

Mais tarde, em 1993, a OMT viria a enunciar um conjunto de princípios mais elaborados, que abrangem já todas as componentes do sistema turístico, com o intuito

de dar orientações mais precisas sobre aquilo que o turismo deve proporcionar, de forma a ser sustentável.

Assim, o turismo sustentável deve:

- Estimular a compreensão e conhecimento dos impactos do turismo sobre o ambiente natural, cultural e humano;
- Alertar para a importância dos recursos naturais e culturais e para a necessidade de os preservar, no sentido do bem-estar económico e social das comunidades humanas;
- Gerar emprego local, quer directamente no sector turístico, quer indirectamente no diversos serviços sectoriais de apoio à actividade económica;
- Estimular a criação de pequenas indústrias locais, domésticas e lucrativas; pequenos hotéis e outras formas de alojamento de pequena e média dimensão; restaurantes típicos, de gastronomia local; redes de transportes e comunicações; artesanato, pequenas empresas baseadas na exploração equilibrada dos produtos locais; serviços turísticos de acompanhamento, promoção ou de guia;
- Diversificar a economia local em áreas rurais ou periféricas, com baixos índices de emprego;
- Compatibilizar o desenvolvimento turístico com as capacidades de regeneração dos ecossistemas e com ordenamento dos espaços naturais;
- Fomentar a melhoria das necessidades básicas de equipamentos e infraestruturas, que possam ser utilizadas pela comunidade local e pelos visitantes nacionais e estrangeiros;
- Encorajar a utilização produtiva dos terrenos, reduzindo as actividades agrícolas às terras produtivas e permitir que vastas áreas se mantenham cobertas por vegetação natural;
- Reforçar a identidade local e a auto-estima das comunidades, facilitando o intercâmbio cultural;
- Promover uma constante avaliação e gestão dos próprios impactos que tem sobre o ambiente natural e sobre os padrões culturais, desenvolvendo métodos de estudo e de diagnóstico permanente, e definindo responsabilidades no combate aos possíveis impactos negativos.

Segundo PHILLIPS (1988), citado por PROSSER (1994), existem princípios básicos e operacionais para uma efectiva implementação de práticas de turismo sustentável. Este autor especifica um conjunto de princípios, ou melhor, de linhas orientadoras de carácter geral, definidas para o turismo rural e que, embora traduzam

um certo “wishful thinking”³, parecem bastante apropriadas como medidas de base para uma efectiva aplicação prática do conceito em causa.

Princípios básicos para o turismo sustentável

- As experiências turísticas devem basear-se nas características do ambiente [natural, social, cultural], na sua estética, cultura, vegetação e vida animal;
- O desenvolvimento turístico deve patrocinar a conservação da natureza, suplementar os rendimentos das populações locais e trazer novos usos e valor às estruturas do património histórico;
- O planeamento, o desenho e a implantação das construções turísticas deve ser compatível e, se possível, favorecer a paisagem local;
- O controlo das actividades do turismo deve permanecer, na medida do possível, sob a responsabilidade das autoridades locais. Este controlo e os benefícios resultantes devem ser redistribuídos equitativamente. Aqueles que retiram verdadeiros benefícios económicos e financeiros devem contribuir substancialmente para a conservação e promoção ambiental.
- O investimento no turismo deve servir de suporte da economia local e encorajar uma lenta dispersão espacial das actividades, evitando congestionamentos e minimizando os seus impactos.
- A indústria turística deve activamente promover um conhecimento, por um lado, das populações locais e, por outro, dos turistas visitantes – informação, interpretação e educação.

Centrando a sua análise do turismo sustentável em aspectos mais abrangentes, outros autores têm manifestado uma frequente preocupação em definir de forma clara e integrada quais as características e os objectivos do turismo sustentável, do ponto de vista ecológico, económico e social. Assim, LANE (1993), relativamente ao turismo rural sustentável, afirma que este deve sobretudo «(...) promover o emprego sem dominar a economia local. Não pode ser abusivo do ambiente natural e deve ser arquitectonicamente recomendável. Os benefícios do turismo devem ser redistribuídos pelas comunidades e ao longo de um território, e não concentrados numa faixa litoral (...)». Este autor sugere ainda que a qualidade da experiência turística é um factor primordial. Especificamente, ele afirma que «(...) o visitante deverá ganhar um profundo conhecimento e compreensão da área, das suas paisagens e gentes. O turista tornar-se-á interessado, logo, defensor da área visitada (...)».

Em resumo, as características que definem o turismo sustentável estão relacionadas com aqueles que são os seus objectivos de carácter social, cultural e ecológico. São essencialmente os objectivos de conservação da natureza, de protecção dos recursos naturais, de ordenamento territorial, de planeamento e desenvolvimento sócio-económico, de igualdade e justiça social e, sobretudo, de melhoria dos níveis de qualidade de vida das comunidades locais e da qualidade da experiência turística.

BUTLER (1980) descrevia o turismo como um fenómeno *destrutivo* com diferentes fases na evolução do *ciclo do produto* (“descoberta”, “crescimento/popularidade”, “saturação”, “perda de atractividade” e “declínio”), o qual acaba sempre por entrar numa fase em que nem os turistas nem os investidores e operadores se mostram interessados pela região. Contrariamente a esta formulação, o turismo sustentável pode ser denominado de *turismo construtivo*, visto que, embora tendo igualmente um impacto sobre o ambiente natural, social e económico, este é um impacto positivo, no sentido de melhorar, qualificar e valorizar, operando transformações do espaço dentro de limites aceitáveis e que não alteram a integridade física do ambiente ou a identidade cultural dos lugares.

Por outro lado, desenvolver o turismo de forma sustentável implica a adopção de uma lógica colectiva comum às três grandes esferas do sector (Figura 1). São elas a das *comunidades locais receptoras*, incluindo as populações e os agentes do poder regional e local; o dos *turistas* que visitam as áreas de destino e que consomem o(s) produto(s) turístico(s); e, finalmente, o ponto de vista das empresas do sector privado da “*indústria*” do turismo, interessadas em promover os negócios e obter lucros das actividades do turismo.

Na perspectiva das comunidades locais receptoras, existem aspectos muito importantes na definição de uma política de desenvolvimento sustentável do turismo. A estrutura da propriedade, por exemplo, é um factor verdadeiramente essencial. Nas áreas de destino turístico com potencialidades e recursos específicos para o desenvolvimento de determinadas actividades, no âmbito de diferentes segmentos do mercado, muito frequentemente ocorre o facto de a grande maioria dos terrenos, ou lugares com manifesto interesse para o turismo, serem privados, o que reforça a necessidade de envolver nos projectos os proprietários e a população local, dando-lhes a conhecer as vantagens e incentivos ao desenvolvimento do turismo numa abordagem de sustentabilidade e de qualidade na oferta.

Relativamente ao alojamento, por exemplo, os projectos de grande escala associados ao turismo massificado são desenhados para suportarem uma grande quantidade de turistas. Esses projectos estão totalmente contra os princípios da sustentabilidade das actividades do turismo, visto que excedem quase sempre as capacidades de carga ecológica e social do conjunto dos recursos turísticos em presença. São necessariamente unidades de pequena e média dimensão e que requerem

³ Que traduz um certo idealismo ou uma certa crença utópica na concretização com sucesso de formulações teóricas.

elevados investimentos iniciais, longos períodos de amortização, recursos humanos com experiência e formação, a utilização de modernas tecnologias e materiais de qualidade, garantindo assim o seu sucesso, a sua eficácia económica, a sua eficiência energética e a minimização dos impactos ambientais negativos.

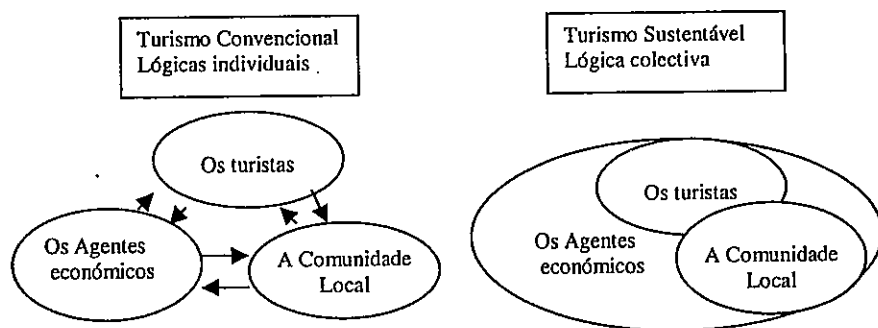


Figura 1 – Esferas sócio-económicas do turismo – a lógica do colectiva do Turismo Sustentável, (adaptado de HUNTER, 1995).

Implementar o turismo sustentável significa aplicar novos conceitos de desenvolvimento, adoptar novas tecnologias e métodos de trabalho em múltiplos domínios e introduzir novas actividades e produtos turísticos de qualidade, privilegiando o contacto do Homem com a Natureza e valorizando a História e a Cultura dos lugares. A abordagem da sustentabilidade das actividades do turismo tem, portanto, uma importante componente de mudança social, ao nível das atitudes e acções no seio das três grandes componentes do desenvolvimento turístico: os turistas visitantes; as áreas de destino; e os promotores da apelidada “indústria” do turismo.

Compete às instituições locais e regionais com responsabilidades na gestão, planeamento e ordenamento do território a definição das estratégias de desenvolvimento em função dos recursos existentes, tendo presente as especificidades e condicionalismos de cada território e as prioridades do desenvolvimento sustentável. A realização simultânea da valorização do ambiente e do património, e da promoção da actividade turística, requerem uma firme e esclarecida intervenção do poder local, no sentido de fomentar iniciativas e programas de acção enquadrados em instrumentos de planeamento estratégico para as áreas com potencialidades específicas para o desenvolvimento de determinadas formas de turismo sustentável.

O desenvolvimento do turismo sustentável requer uma prévia definição de objectivos estratégicos e de uma correcta inventariação e avaliação geográfica dos recursos turísticos locais. Para tal, torna-se fundamental a aplicação de metodologias de estudo e diagnóstico, à escala local e/ou regional, das múltiplas potencialidades oferecidas pelos recursos naturais (clima, sectores litorais, montanhas, florestas, rios, etc.).

Uma realidade inegável é a de que qualquer forma de desenvolvimento turístico requer investimento económico de base, a concretização de negócios lucrativos e uma boa dinâmica empresarial. O desenvolvimento turístico de qualidade baseia-se em adequadas infraestruturas de comunicações e saneamento e em equipamentos e serviços sociais fundamentais, de saúde, comércio, etc., existentes nas áreas urbanas de suporte ao alojamento e vida quotidiana. Baseia-se igualmente em recursos humanos e financeiros necessários a uma boa capacidade de gestão e iniciativa empresarial e à plena satisfação do turista.

Para os turistas, o turismo sustentável oferece a perspectiva de garantia da sua plena satisfação, na medida em que lhes fornece a oportunidade de desfrutar activamente de uma experiência turística com maior qualidade, culturalmente mais enriquecedora, ou mais de acordo com aquelas que são as suas motivações específicas. Apenas com base num profundo envolvimento, conhecimento e interesse pelos múltiplos aspectos naturais e histórico-culturais que compõem uma região se pode esperar que os turistas respeitem e contribuam para a conservação do ambiente e para a preservação da identidade cultural dos locais visitados.

O turismo sustentável pode parecer algo elitista, oneroso, destinado a segmentos “altos” do mercado ou a um grupo de pessoas que apreciam o património cultural, o artesanato de qualidade e o sossego proporcionado pelo contacto directo com a Natureza. Mas do ponto de vista dos turistas, deverá ser entendido como uma forma mais equilibrada, mais racional e, sobretudo, mais autêntica e ecológica de viajar e conhecer mais profundamente novos lugares e regiões do Globo, ao mesmo tempo que se contribui para o desenvolvimento local dessas áreas visitadas e se experimentam novas sensações.

Agenda 21 para o sector do turismo

O sector económico do turismo e das viagens foi prontamente reconhecido, durante o processo de elaboração da *Agenda 21*, como aquele que possui um potencial muito importante para fomentar o desenvolvimento económico e a geração de riqueza e, simultaneamente, contribuir para um planeta mais limpo e bem conservado. «(...) Devidamente planeado e gerido, o turismo é um dos veículos privilegiados para atingir os objectivos de desenvolvimento sustentável da Conferência do Rio (...)» OMT (1997). Embora não se referindo directa e especificamente ao desenvolvimento do turismo, a *Agenda 21* integra um conjunto de programas de acção em diferentes domínios com ele relacionados.

Desde a Conferência do Rio, em 1992, tem sido desenvolvido um esforço conjunto por três organizações internacionais de destaque, a Organização Mundial do Turismo (OMT), o *World Travel & Tourism Council* (WTTC) e o *Earth Council*, no

sentido de efectuar a transposição das recomendações e prioridades de acção da *Agenda 21* para o sector do turismo. Em 1995 foi publicado um relatório⁴, que estabelece um conjunto de acções prioritárias em diferentes domínios, relacionados directamente com os objectivos enunciados na *Agenda 21* e com os princípios orientadores do desenvolvimento sustentável, constantes da *Declaração do Rio*.

Neste documento é expressa a ideia de que o desenvolvimento do turismo sustentável depende das posições adoptadas pelos governos, pelos agentes económicos, organizações privadas e comunidades envolvidas no sector do turismo e das viagens. O quadro de referência conceptual para atingir o desenvolvimento sustentável do turismo, baseia-se num conjunto de recomendações gerais algo repetitivas e cheias de optimismo, que carecem de uma maior grau de concretização, tal como a generalidade das importantes ideias e recomendações emanadas da CNUAD.

Esse mesmo relatório é ainda composto de sugestões para programas de acção prioritária e objectivos mais específicos, destinadas aos Governos nacionais, às Administrações Nacionais do Turismo⁵ e aos representantes das organizações ligadas ao comércio. As áreas de actuação prioritária são:

- i. Avaliar a capacidade do actual quadro legal e da conjuntura económica de fazer progredir o turismo sustentável;
- ii. Avaliar as implicações económicas, sociais, culturais e ambientais da actuação das organizações e agentes económicos do turismo;
- iii. Promover a formação profissional específica, a educação e consciencialização dos objectivos e princípios do turismo sustentável;
- iv. Desenvolver iniciativas de planeamento para a efectiva concretização do desenvolvimento sustentável do turismo;
- v. Facilitar a troca de informação, de conhecimento e de tecnologias relacionadas com a sustentabilidade do turismo, entre países mais desenvolvidos e países menos desenvolvidos.
- vi. Promover a participação de todos os sectores da sociedade;
- vii. Definir e promover novos produtos turísticos que incorporem princípios de sustentabilidade e de protecção do ambiente, e integrá-los no processo de desenvolvimento do turismo à escala local⁶;
- viii. Medir os progressos alcançados na implementação do turismo sustentável à escala local;

- ix. Promover relações de parceria para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Pretende-se fundamentalmente articular as políticas de desenvolvimento e apoio ao turismo com os objectivos gerais do desenvolvimento qualitativo que tenha como prioridade a protecção do ambiente. São particularmente as administrações nacionais e regionais de turismo e os próprios governantes locais quem tem a responsabilidade de garantir o cumprimento destas recomendações e de divulgar a informação relativa à melhor prática do desenvolvimento sustentável do turismo.

A «Carta para o Turismo sustentável»

A quase totalidade dos princípios e objectivos anteriormente enunciados, que constituem o quadro conceptual e operacional de implementação do turismo sustentável, foram reunidos na *Carta para o Turismo sustentável*, desenvolvida conjuntamente pela OMT, PNUAD e UNESCO, e adoptada na *Conferência Mundial sobre o Turismo Sustentável*, ocorrida em Abril de 1995, na localidade de Lanzarote, Ilhas Canárias, Espanha.

Este documento salienta o carácter ambivalente do fenómeno turístico, insistindo na ideia de que, embora sendo um poderoso veículo de desenvolvimento que pode contribuir rápida e significativamente para a dinamização e crescimento económico, tem também a capacidade de contribuir drástica e irreversivelmente para a degradação do ambiente e para a destruição da identidade cultural dos lugares e dos próprios recursos em que se baseia. Faz ainda referência à expansão mundial do fenómeno, ao seu rápido e constante crescimento anual e aos seus aspectos mais nobres de valorização ambiental e de contribuição para a paz e tolerância entre as nações.

A Carta está dirigida à Comunidade Internacional em geral e, em particular, a todos os Governos nacionais, autoridades públicas, agentes de decisão política, gestores, profissionais do turismo, associações públicas e privadas, entidades e instituições cujas actividades se relacionam com o turismo, e aos próprios turistas. Estabelece um conjunto de imperativos para empreender mudanças estruturais no sector do turismo como um todo, aplicando as recomendações da *Declaração do Rio*. É constituída por uma declaração de princípios, que no seu cômputo geral alude para a necessidade de adoptar critérios de qualidade e de sustentabilidade no desenvolvimento do turismo. Aborda as relações entre o turismo e o desenvolvimento sustentável, à escala local, e sistematiza a forma como o turismo sustentável deve considerar:

⁴ Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development

⁵ As Administrações Nacionais do Turismo são, por exemplo, e no caso de Portugal, a *Direcção-Geral do Turismo* ou as *Regiões de Turismo*.

⁶ Chama-se a atenção para esta "acção prioritária", visto que a prática do turismo sustentável se enquadra, em grande medida, neste contexto.

- 1) *O respeito pelos ecossistemas frágeis e pela biodiversidade em áreas ambientalmente sensíveis;*
- 2) *Soluções práticas relativas à minimização dos impactos sobre os recursos naturais e à capacidade de assimilação dos impactos produzidos;*
- 3) *Os elementos tradicionais e as actividades que integram a cultura local;*
- 4) *A participação de todos os agentes envolvidos, dos sectores público e privado;*
- 5) *A promoção de mecanismos de cooperação nas áreas da conservação, protecção e apreciação dos recursos mais relevantes atribuídos ao património natural e cultural;*
- 6) *Estratégias e projectos de desenvolvimento turístico com critérios de qualidade na preservação dos destinos turísticos e na capacidade de satisfazer os turistas, promovendo a formação e a circulação da informação no seio das comunidades locais;*
- 7) *Integração das acções de planeamento do turismo como um contributo para uma estratégia governamental de promoção do desenvolvimento sustentável;*
- 8) *Medidas que permitam uma redistribuição mais equitativa dos benefícios e dos encargos e responsabilidades financeiras do turismo, e que contribuam para uma progressiva mudança nos padrões de consumo e a introdução de um sistema de tributação que permita a internalização dos custos ambientais, quer de degradação quer de conservação e protecção;*
- 9) *A reorientação das ajudas financeiras ao sector do turismo e das viagens, em particular aquelas que conduzem a efeitos negativos sobre o ambiente;*
- 10) *Ajudas especiais para a recuperação e reestruturação de áreas turísticas degradadas por modelos obsoletos de turismo de massas e de grande impacto;*
- 11) *Promoção de formas alternativas de turismo que se enquadrem plenamente nos princípios do desenvolvimento sustentável, encorajando a diversificação do mercado turístico;*
- 12) *O estabelecimento de uma política de turismo sustentável, alicerçada em sistemas de gestão participada, compatíveis com as regras de protecção do ambiente;*
- 13) *A promoção de estudos de diagnóstico e de viabilidade para a transformação do sector, incluindo projectos demonstrativos e de cooperação internacional;*

- 14) *A adopção e implementação de códigos de conduta para a operacionalização do turismo sustentável, endereçados aos principais agentes intervenientes no sector, particularmente os múltiplos agentes económicos da "indústria" do turismo.*

Tal como para as questões gerais do desenvolvimento, a luta pela prática do turismo sustentável é algo inglória, mas absolutamente necessária. Ambos requerem uma profunda reorientação económica e social, uma mudança na mentalidade e consciência social e ecológica dos cidadãos, e uma racionalização das acções de desenvolvimento turístico em função das características físicas e humanas dos lugares de destino.

Tais objectivos estão por sua vez dependentes de uma ainda mais profunda e difícil revolução cultural, de um maior conhecimento e acesso à informação, de uma elevação do nível educacional e de uma ajustamento dos interesses económicos e dos poderes financeiros, às regras e orientações políticas do ordenamento do território e da protecção do ambiente. O grande crescimento dos segmentos do mercado enquadrados na designação de *turismo alternativo* (turismo rural, de montanha, turismo de natureza) são um bom indicador de que a vanguarda do desenvolvimento turístico está já imbuída dos princípios e objectivos do turismo sustentável.

No entanto, turismo alternativo, por definição, nunca será uma forma dominante de desenvolvimento turístico, pelo que o planeamento, controlo e a gestão do turismo como sector económico, deve considerar fundamentalmente a forma como o turismo convencional, dito "de massas", é conduzido, com a finalidade de ditar padrões de sustentabilidade, de regulamentar o seu funcionamento e fiscalizar as actividades existentes e propostas, enquanto progride o turismo alternativo, sustentável, ecológico.

O crescente interesse pela ecologia e pelas diferentes ciências da Terra (Geografia, Geologia, Biologia, principalmente) tem tido consequências muito interessantes na evolução do mercado turístico de diferentes regiões do Mundo. Novas motivações para o turismo, resultantes de complexas mudanças sociológicas relacionadas com a percepção global do ambiente e com a própria evolução histórica do fenómeno turístico e das sociedades, em geral, suscitaram uma maior procura por espaços de lazer não congestionados, ecologicamente equilibrados, exóticos e remotos, ou simplesmente onde o ambiente esteja mais bem conservado e os turistas visitantes possam desfrutar dos elementos naturais da paisagem.

Por outro lado, recupera-se a motivação cultural do turismo. Tal como o meio natural, a cultura, a gastronomia e outras características locais adquirem também uma cada vez maior importância como recursos turísticos. A oferta turística está a

tornar-se culturalmente mais rica, mais sugestiva e educativa, à medida que se incorporam às experiências e produtos turísticos componentes mais intangíveis relacionadas com as características específicas das localidades a visitar, o seu passado histórico e lendário, o seu património arquitectónico, as tradições e costumes locais, a gastronomia, o folclore, as actividades de artesanato, etc.

Mercado turístico - o renascer das motivações natural e cultural

A segunda metade da década de 80 e, principalmente, a partir do início dos anos 90, foi sem dúvida um período de ampla reflexão, tanto ao nível científico e de opinião, como ao nível político, sobre os erros e disfunções resultantes do desenvolvimento turístico operado durante a segunda metade do século XX. As experiências e erros do passado, no que respeita à implantação e crescimento do turismo como actividade preponderante e massificada, em áreas litorais e outras, que se encontram hoje sobrepexploradas e degradadas, conduziu a uma mudança nas abordagens económica e geográfica desta actividade.

No contexto de uma crescente aplicação dos princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável, de conservação dos recursos naturais e de protecção do ambiente, as actividades do turismo, como veículos de desenvolvimento, evoluíram no sentido de se tornarem progressivamente mais coerentes com os princípios gerais deste novo paradigma do desenvolvimento, bem como de acordo com as disposições legais aplicáveis em matéria de protecção ambiental e de ordenamento do território e ainda com as motivações, necessidades e exigências dos turistas, cada vez mais informados e exigentes em relação ao factor qualidade, em geral, e à qualidade do ambiente, em particular.

Durante a década de 90, para além da constante influência exercida pelos poderes políticos e organizações internacionais relativamente à promoção do desenvolvimento económico racional e à sua inalienável integração com efectivas acções de protecção do ambiente e recursos naturais, continuaram a dar-se importantes mudanças económicas e sociais, principalmente nos países mais desenvolvidos do Mundo, que têm implicações directas na evolução e dinamismo do sector do turismo. Diversos factores que se relacionam com as conjunturas económicas e financeiras desses países, mudanças demográficas, nos hábitos sociais e padrões de emprego, são responsáveis por um processo de reconversão e diversificação das actividades do turismo.

De entre os factores que, neste período, influenciaram decisivamente a evolução do mercado turístico, destacam-se, relativamente à *Procura Turística*, os seguintes aspectos:

- Aumento dos rendimentos pessoais nos países cujas economias registaram processos de relançamento económico, por aumentos de produtividade e de inovação tecnológica. Este facto possibilita um maior acesso a todo o tipo de bens e serviços por parte de determinados grupos sócio-profissionais, os quais se tornaram consumidores mais exigentes, nomeadamente em relação às suas viagens e estadas turísticas, assim como na escolha dos destinos;
- A divisão entre *tempo de trabalho* e *tempo livre* tornou-se menos marcada. Há uma tendência para uma maior integração entre as actividades laborais e as actividades recreativas, com uma repartição dos tempos livres ao longo da semana, do mês e do ano. Este facto gera uma procura mais constante do lazer, o que se traduz num aumento de pequenas estadas de fim-de-semana e de períodos de férias mais repartidos ao longo do ano;
- A redução e flexibilização dos horários de trabalho semanal, a diversificação de profissões e estilos de vida, permitiram uma libertação de mais tempo para actividades de lazer e possibilitaram a programação de viagens e deslocações turísticas com maior frequência, nomeadamente nos segmentos de “turismo de golfe”, “turismo de congressos e negócios” e “turismo científico”;
- Assiste-se a uma recuperação de valores sociais nas motivações turísticas – ambiente, património, etnografia, história, gastronomia e cultura são crescentemente valorizados como recursos turísticos de qualidade à escala local e regional;
- A tendência para uma antecipação da idade de reforma nos sectores secundário e terciário tem contribuído para que um maior número de pessoas possa viajar e gozar frequentemente de períodos de lazer, aumentando assim as suas deslocações turísticas;
- O crescente envelhecimento da população nos países mais desenvolvidos fez crescer o segmento do “turismo sénior”, que procura sobretudo actividades como o termalismo, as rotas das cidades capitais e núcleos urbanos históricos, a saúde e repouso no meio rural, entre outros. Este segmento caracteriza-se por ser um grupo de grandes exigências de qualidade ao nível do alojamento e serviços prestados, e com um elevado poder aquisitivo;
- Emergência de um promissor “mercado jovem”, em consequência do extraordinário aumento da mobilidade dos jovens e da multiplicação dos seus hábitos de diversão e recreio. A este segmento está associado o aparecimento de novas actividades ligadas ao meio natural (espeleologia, mergulho, montanhismo, orientação); a popularidade dos desportos de natureza ditos “radicais” (“surf”, “winsurf”, parapente, descida de rápidos, ciclismo de todo-terreno, “bungie jumping” etc.); a diversão nocturna, entre outras.

Relativamente à *Oferta Turística*, destacam-se os seguintes aspectos:

- Crescimento continuado do sector do turismo, à escala global, com particular atenção para um aumento do dinamismo e concorrência no sector das viagens, hotelaria, serviços de apoio ao recreio e lazer, etc.;
- Diversificação de formas de alojamento, com tendência para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos de qualidade, com um impacto mínimo no ambiente, construídos com materiais seleccionados, segundo regras de saneamento e conservação de recursos naturais e energéticos, e em harmonia com o meio natural e social envolvente. Predominância para unidades hoteleiras de média e pequena dimensão, estética e paisagisticamente bem integradas, com preocupações ecológicas de economia de energia e recursos naturais (“*green hotels*”); pequenas pousadas em ambiente natural único, construídas e decoradas com materiais e elementos tradicionais, bem enquadradas na paisagem e cultura locais; alojamento em edifícios históricos e casas rurais tradicionais, com ambiente familiar e grande qualidade no atendimento e serviços;
- Contínua diferenciação de produtos e destinos turísticos, com especial relevância para aqueles que privilegiam o contacto directo com a Natureza, em parques e/ou áreas bem conservadas, como resposta às diferentes motivações e características específicas (económicas e socio-culturais) dos diversos segmentos da procura. Destinos remotos do Globo são cada vez mais procurados pela espectacularidade das suas paisagens naturais e segredos da vida animal e vegetal. De um modo geral, há uma tendência para o aproveitamento turístico de recursos endógenos das localidades e regiões rurais, interiores, insulares e menos povoadas, salientando as particularidades e curiosidades que compõem o seu património natural e histórico-cultural, com o objectivo de promover o desenvolvimento local e atrair visitantes. A oferta turística está a tornar-se ecologicamente mais racional, culturalmente mais sugestiva e, sobretudo, mais diversificada, buscando novas fórmulas de satisfazer motivações menos estereotipadas, que cumpram objectivos de usufruto, protecção e conservação do ambiente e de promoção do desenvolvimento económico e social;
- Crescente importância do meio de divulgação e informação sobre viagens e destinos turísticos, de entre os quais se realça a proliferação dos canais e programas televisivos de viagens; publicação de revistas sobre rotas e percursos turísticos; intensificação do *marketing* turístico por parte das agências de viagens e autoridades governamentais.

Existem também factores complementares, fundamentalmente relacionados com aspectos políticos e económicos do desenvolvimento, que condicionam fortemente o fenómeno do turismo e que ao longo da última década têm evoluído no sentido de favorecerem as deslocações e beneficiarem as actividades com ele relacionadas. Trata-se da crescente melhoria das acessibilidades ocorrida ao nível dos diferentes meios de transporte terrestre, aéreo e marítimo; da crescente tendência para abolição de fronteiras políticas e culturais no sentido de uma globalização da economia e de um maior intercâmbio cultural entre países e regiões; melhoria das infraestruturas, equipamentos e serviços básicos para um desenvolvimento com qualidade de vida (água, saneamento, electricidade, telecomunicações, assistência médica, serviços vários, etc.)

O turismo tornou-se num veículo privilegiado na promoção do desenvolvimento local, em áreas com elevadas potencialidades ao nível do património natural e cultural. As cidades e vilas históricas de pequena e média dimensão, inseridas em meios rurais ou em áreas de notável beleza paisagística, os parques naturais, as localidades costeiras ainda bem conservadas ao nível dos seus recursos naturais, os territórios insulares menos desenvolvidos, etc., começam a ser destinos privilegiados por uma população mundial cada vez mais motivada para viajar, amar a Natureza e imprimir dinamismo e valor cultural ao seu tempo livre.

No final deste milénio, a atitude social de viajar e conhecer novos territórios recupera, de certa forma, as motivações originais dos viajantes e exploradores do final do século XIX e princípio do século XX. Da mesma forma que os primeiros turistas, privilegiados aristocratas e burgueses das sociedades monárquicas da velha Europa, procuravam o retiro no campo ou o contacto com novas culturas, novas paisagens, descobrindo, descrevendo e assimilando os seus aspectos naturais e civilizacionais, também o turista contemporâneo, mais exigente e privilegiado, busca o contacto directo com a natureza, a aventura de viajar, descobrir novos lugares, aprofundar o conhecimento do Meio natural e dos aspectos culturais e patrimoniais, transformando o tempo de lazer numa experiência turística cultural e espiritualmente enriquecedora.

Reflexões finais

O desenvolvimento sustentável do turismo assenta em princípios deontológicos próprios, fundamentados, em sentido lato, nos grandes objectivos do desenvolvimento económico-social, do ordenamento do território, da conservação da Natureza, da protecção do ambiente e dos recursos naturais, e de melhoria da educação e do nível de vida das populações. Em sentido mais restrito, a prática do turismo sustentável está

relacionada com os mais recentes e dinâmicos segmentos do mercado turístico, também apelidados de turismo alternativo, responsável, construtivo e de baixo impacto.

Nesse contexto, as actividades e produtos enquadrados na procura e na oferta do turismo sustentável têm em comum o facto de serem baseados numa experiência turística de qualidade, mais ou menos activa, com conteúdos alicerçados no binómio natural/histórico-cultural, cumprindo estritamente a legislação e os regulamentos em matéria de construção, ocupação do espaço, gestão de resíduos e de ordenamento territorial (alojamento, infraestruturas e equipamentos); promovendo a protecção e conservação do património natural e histórico-arquitectónico (recursos naturais, paisagem, edifícios e monumentos); gerando benefícios socioeconómicos para as comunidades locais e reforçando os aspectos culturais e etnográficos da identidade local das populações nos lugares de destino turístico.

O desenvolvimento sustentável do turismo só é concretizável mediante a definição e aplicação de um corpo legislativo claro e exaustivo, com orientações e medidas concretas de planeamento e mecanismos eficazes de controlo e gestão das actividades económicas do turismo (existentes e propostas), em consonância com estratégias e programas políticos ambiciosos e financeiramente robustos, definidos para as áreas temáticas do Ambiente, Economia, Educação e Desenvolvimento Regional.

Segundo uma lógica colectiva, a sustentabilidade e equilíbrio do desenvolvimento turístico oferece grandes vantagens para os turistas, na medida em que estes beneficiam de uma oferta de qualidade que vai o mais possível ao encontro dos seus interesses e motivações, privilegiando um maior envolvimento com a natureza e um conhecimento mais profundo da cultura local. Para os operadores e empresários turísticos, os benefícios relacionam-se com o sucesso comercial na venda de um produto turístico completo, de elevado valor acrescentado e com uma crescente procura de mercado, aos quais interessa assegurar a sua continuidade e sustentabilidade económica. Para as comunidades dos locais de destino turístico, o turismo sustentável oferece alternativas de desenvolvimento local, de valorização territorial e ambiental, de beneficiação de imóveis, monumentos, de dinamização económico-social, intercâmbio cultural e de acesso à informação e inovação.

Bibliografia

- BANDY, J. (1996) – "Managing the Other of Nature: Sustainability, Spectacle, and Global Regimes of Capital in Ecotourism", *Public Culture*, nº8 (3) pp.539-66
- BURTON, Rosemary (1995) – "Travel Geography", Pitman Pub., London 514p.
- BUTLER, R. (1980) – "The Concept of a Tourism Area Cycle of Evolution", *Canadian Geographer*, 24, pp. 5-12.

- CATER, E.; GOODALL, B. (1992) – "Must Tourism Destroy its Resource Base?" in "Environmental Issues: in the 1990s", Ed. A. M. MANNION; S. R. BOWLBY, John Wiley & Sons, London, pp.309-324.
- CLARK, Colin (1992) – "Environmental Protection Through Tourism" in *Séminaire sur L'Industrie Touristique Face à la Construction Européenne Communautaire*, Bruges, 5-6, pp.119-130.
- CLAYTON, Anthony M. H.; RADCLIFFE, Nicholas J. (1996) – "Sustainability: A Systems Approach", Earthscan Pub. Ltd., London, 258p.
- COMUNIDADE EUROPEIA (1995) – "O Papel da União em Matéria de Turismo", Livro Verde da Comissão, 87p.
- COMUNIDADE EUROPEIA (1996) – "Relatório sobre Medidas Comunitárias com Impacto sobre o Turismo", Comissão das Comunidades Europeias, Luxemburgo, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 132p.
- DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO (1994) – "Critérios de Ordenamento para a Determinação e Controlo da Capacidade Turística", Projecto 3, Coord. José L. MENDES, Departamento de Engenharia e Ambiente, Universidade Nova de Lisboa, 124p.
- HUNTER, Colin J. (1995) – "Tourism and the Environment: A Sustainable Relationship?", Routledge, London, 202p.
- HUNTER, Colin J. (1995) – "On the Need to Re-Conceptualise Sustainable Tourism Development", *Journal of Sustainable Tourism*, Avon, Vol. 13, Nº3, pp.155-165.
- KAUFMAN, I. (1995) – "Sustainable Tourism Marketing: An Undiscovered Opportunity" in *Caribbean Conference on Sustainable Tourism*.
- LANE, B. (1993) – "Rural Tourism and Sustainable Rural Development", *Proceedings of the 2nd International School on Rural Development*, 28 June – 9 July.
- LETONA Y ROLDAN, José A. (1990) – "Hacia una Nueva Aurora «Cultural» del Turismo", *Estudios Turísticos*, Nº 106, pp.43-51.
- MURPHY, P. E. (1994) – "Tourism and Sustainable Development", in «Global Tourism: the Next Decade», Ed. W. F. THEOBALD, Oxford, pp.274-290.
- NIETO, C.; DURBIN, P. (1996) – "Sustainable Development and Philosophies of Technology", *Society for Philosophy and Technology*, University of Delaware.
- OMT (1993) – "Tourism on Year 2 000"
- OMT (1997) – "Tourism is One of the Environment's Best Friends"
- O'RIORDAN, T. (1993) – "The Politics of Sustainability" in "Sustainable Environmental Economics and Management: Principles and Practice", Ed. R. K. TURNER, Belhaven Press, London, pp.37-69.
- PEARCE, Douglas (1995) – "Tourism Today: a Geographical Analysis", Longman, New York, 202p.
- PROSSER, R. (1994) – "Societal Change and Growth in Alternative Tourism", in "Ecotourism: A Sustainable Option?" Ed. E. CATER; G. LOWMAN, John Wiley & Sons, London, pp.19-38.
- REDCLIFT, M. (1993) – "Environmental Economics, Policy and Political Empowerment" in "Sustainable Environmental Economics and Management: Principles and Practice", Ed. R. K. TURNER, Belhaven Press, London, pp.106-119.
- SIMPSON, Rosie (1993) – "Sustainable Tourism for Europe's Protected Areas: Guidelines and Ways Forward", *Revue de Tourisme*, Nº 3, pp.3-7.
- TURNER, R. Kerry (1993) – "Sustainability: Principles and Practices" in "Sustainable Environmental Economics and Management: Principles and Practice", Ed. R. K. TURNER, Belhaven Press, London, pp.3-36.
- UN (1997) – "Indicators of Sustainable Development: Framework and Methodologies", New York, UN Commission on Sustainable Development, 428p.
- UNCED (1992) – "The Global Partnership for Environment and Development – A Guide to Agenda 21".
- W.C.E.D. (1987) – "Our Common Future" *The Brundtland Report*, Oxford University Press.
- W.T.O. (1993) – "Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners", Madrid, 165p.